

Dinâmicas de trabalho da cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Foz do Iguaçu /PR e sua relação com as iniciativas do Estado

Sônia Pelisser

soniapelisser@yahoo.com.br

Bacharel e Licenciada em História pela UNIOESTE.

Mestranda em História pela UNIOESTE. Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

1. Introdução

Estudar um objeto com uma problemática inserida nos chamados mundos dos trabalhadores tem sido uma via importante para a compreensão de faces da realidade social contemporânea. Neste sentido, o estudo de caso que resultou na dissertação de mestrado apresentada em fevereiro de 2010, intitulada *Cooperativa de catadores de recicláveis: um estudo sobre a precarização e a organização do trabalho em Foz do Iguaçu/PR (1990-2009)*, busca suscitar reflexões sobre a complexa realidade social experimentada por estes trabalhadores na cidade e no circuito industrial ao qual fornecem a principal matéria prima, os resíduos recicláveis descartados pela sociedade de consumo.

A partir de resultados desta pesquisa, buscarei discutir e problematizar algumas questões relativas ao trabalho desempenhado pelos catadores de materiais recicláveis residentes na cidade de Foz do Iguaçu/PR, apresentando suas formas de organização e a maneira como interagem com o Estado¹, uma vez que este os tomou como escopo de programas de geração de renda e produz legislações específicas visando estes trabalhadores.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa acerca dos trabalhadores inseridos na atividade da cata de recicláveis e suas formas de organização em cooperativa na cidade de Foz do Iguaçu, foram utilizadas fontes escritas e orais. Entre estas estão os documentos escritos. Constituem-se de documentos oficiais, como os que foram produzidos pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, governo do Estado do Paraná e Governo Federal, principalmente através da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Mesmo entendendo que

¹ Neste caso, principalmente a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Itaipu Binacional.

nestes documentos estão presentes os discursos utilizados para legitimar as práticas do Estado, busquei desenvolver análises críticas a fim de problematizar seus conteúdos e interesses.

Para além do trabalho com as fontes escritas, busquei realizar o estudo da realidade vivida pelos trabalhadores a partir de sua própria fala². Assim, utilizei como base um roteiro de questões como referência para orientar a realização das entrevistas, mas evitei segui-lo rigidamente. Assim, mudei a direção das questões sempre que os entrevistados sugeriam assuntos e interpretações não previstos no roteiro.

O trabalho de levantamento de fontes e produção das fontes orais, bem como os esforços de interpretação buscam evidenciar e entender as pressões sociais com as quais os catadores têm que lidar para constituir e reafirmar seu trabalho e presença na cidade. A partir destas considerações apresento a forma pela qual se organiza o trabalho da cata de materiais recicláveis na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

2. Surgimento da atividade da cata em Foz do Iguaçu

Uma das questões importantes para a compreensão deste processo histórico refere-se à formação de uma superpopulação relativa de trabalhadores a partir da década de 1970, viabilizando a expansão da atividade na região como negócio lucrativo que utiliza mão de obra extremamente barata.

A noção de “superpopulação relativa de trabalhadores” é importante para esta pesquisa na medida em que percebemos a formação de grande contingente de trabalhadores envolvidos com a cata de recicláveis. Notamos sua funcionalidade para a manutenção e reprodução do modo capitalista de produção, movimentando o circuito da reciclagem no país. Estes trabalhadores, por determinados motivos, não puderam permanecer do mercado de trabalho, ou mesmo em ocupações formais, como através da expropriação das condições de trabalho no campo, quando em geral possuem baixa escolaridade, idade avançada ou problemas de saúde que impossibilitam ocupações formais. Cabe ainda refletir em que medida esta superpopulação tem sido (re)criada em Foz do Iguaçu.

Segundo a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu:

²Foram realizadas 12 entrevistas para análise neste estudo. O roteiro aplicado possui questões que visam dar um direcionamento à fala dos depoentes, buscando explicações sobre os assuntos relevantes na análise do projeto, como, por exemplo, sua trajetória ocupacional, condições de trabalho, elementos de sua renda e trajetória de vida.

Com a inauguração da Ponte Internacional da Amizade (Brasil - Paraguai) em 1965 e inauguração da BR-277, ligando Foz do Iguaçu à Curitiba e ao litoral, em 1969, Foz do Iguaçu teve seu desenvolvimento acelerado, intensificando seu comércio, principalmente com a cidade paraguaia de Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este).³

Neste processo, muitos catadores de recicláveis relataram que a partir deste período, acreditaram que devido ao crescimento acelerado da cidade, poderiam mudar-se para Foz do Iguaçu para procurar emprego, pois imaginavam ser grande a demanda por força de trabalho. Porém, foi a partir da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu⁴ que este fator intensificou-se ainda mais, como podemos perceber:

A construção da Hidrelétrica de Itaipu (Brasil - Paraguai), iniciada na década de 70, causou fortes impactos em toda a região, aumentando consideravelmente o contingente populacional de Foz do Iguaçu. Em 1960, o município contava com 28.080 habitantes e, em 1970, com 33.970, passando a ter, em 1980, 136.320 habitantes e registrando um crescimento de 385%, estimando-se hoje uma população de 311.336 habitantes.⁵

Considerando pesquisa anterior sobre os catadores de Foz do Iguaçu (PELISSER, 2006), foi possível perceber a presença desses trabalhadores na cidade desde começos de 1990.

A partir das entrevistas realizadas, observamos uma dimensão marcante acerca do processo de formação de uma superpopulação relativa de trabalhadores em Foz do Iguaçu. Esta superpopulação é funcional à lógica do processo de acumulação de capital e seu desenvolvimento na região, com atividades ligadas, principalmente, à construção da Usina de Itaipu e às atividades relacionadas ao comércio de produtos advindos de Ciudad del Este - Paraguai. Estes trabalhadores percorreram trajetórias permeadas por diversas ocupações, dificilmente ficando desocupados. Isto ressalta a importância destes trabalhadores para a

³ Disponível em: <<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br>> Acesso em 18 de setembro 2008.

⁴ Itaipu Binacional – Localizada na fronteira entre Brasil (Foz do Iguaçu) e Paraguai (Ciudad del Este). “Em uma região com mais de 12% da água doce do planeta, o Rio Paraná marca fronteira de Brasil e Paraguai. Décimo do planeta em volume de água, ele move a maior usina hidroelétrica do mundo em geração de energia, Itaipu Binacional. Uma potência hidráulica que tem início em 1973 com a assinatura do Tratado de Itaipu. Ele gera uma entidade única. Não é empresa pública, nem sociedade anônima, rege-se pelo próprio documento que a originou, e pelas normas de direito público internacional. Uma empresa de dois povos, unidos por um rio e por um desafio. 1975 começa a grande obra”. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br>> Acesso em: 02 de setembro de 2009.

⁵ Disponível em: <<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br>> Acesso em 18 de setembro 2008. Já no início da década de 1990, contava com cerca de 190.00 habitantes. Projeto de lei nº144/2007. Disponível em: <<http://www.chiconoroeste.com.br>> Acesso em 30 de junho de 2009. Atualmente estima-se uma população de 320.000 habitantes na cidade. Disponível em: <<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br>> Acesso em 30 de junho de 2009.

acumulação capitalista na região, pois, a partir das análises de Francisco de Oliveira (1987), as ocupações consideradas marginais, integram de forma utilitária à reprodução do sistema capitalista de produção, neste caso movimentando a cadeia da reciclagem com o recolhimento diário de suas matérias-primas.

A maioria dos catadores entrevistados não é nascida na cidade de Foz do Iguaçu. Eles vieram para esta cidade no anseio de encontrar melhores condições de trabalho e de vida. Segundo Viviane Mertig⁶, há em Foz do Iguaçu aproximadamente 980 famílias de catadores de recicláveis, o que tranquilamente ultrapassa um número superior a 1.500 trabalhadores, tendo em vista que é uma atividade que abrange vários indivíduos de uma mesma família para desempenhar o processo de trabalho, desde a coleta, seleção, até a venda dos materiais recicláveis.

Assim sendo, estes trabalhadores ocupam uma posição muito desvantajosa nesta cadeia produtiva, que por sua vez colabora de maneira preponderante para a reprodução do capital neste lucrativo circuito industrial. Por este motivo, é necessário analisar de que modo o trabalho dos catadores é organizado.

3. Organização da cata na cidade

O trabalho de observação e o contato com estes trabalhadores possibilitou a compreensão da forma como se dispõem e se organizam em Foz do Iguaçu/PR. De maneira geral, se organizam de três modos, sendo: a) uma cooperativa de trabalhadores fomentada pelo Estado (Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Itaipu Binacional), estruturada em nove unidades denominadas Centros de Triagem, distribuídas em diferentes regiões da cidade; b) grupos informais ou familiares, (a maioria dos casos dos mais de 1500 trabalhadores da cidade) e, c) avulsos ou “particulares”, como eles próprios denominam, ou seja, aqueles que trabalham sem nenhum vínculo.

Para ilustrar a maneira como os catadores se organizam espacialmente na cidade, apresento o seguinte mapa:

⁶ Viviane Mertig é catadora há dez anos. É representante da ONG Instituto Lixo e Cidadania e do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis em Foz do Iguaçu.



- 1 - Vila C
- 2 - Porto Belo (antigo Aterro Sanitário)
- 3 - Cidade Nova
- 4 - Jardim Petrópolis
- 5 - Jardim Canadá
- 6 - Portal da Foz
- 7 - Morumbi I
- 8 - Campos do Iguaçu
- 9 - Profilurb II

Imagem 1 – Foz do Iguaçu – Localização dos Centros de Triagem em Funcionamento

Fonte: Google Maps. Organização da Autora.

Ao final do ano de 2003, com o apoio da Itaipu Binacional, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR fomentou a primeira instalação de um Centro de Triagem pelo Programa Coleta Solidária. Este barracão localiza-se no bairro Morumbi I, como aponta o marcador nº 7 na Imagem 1. No entanto, devido à Prefeitura não continuar com o apoio dado inicialmente, principalmente no que se refere a atividades administrativas, burocráticas e contábeis, o barracão veio a fechar no início de 2004. Alguns meses depois, o novo gestor do Programa Coleta Solidária auxiliou um grupo de catadores a retomar as atividades neste mesmo Centro de Triagem.

Nesta primeira tentativa, este Centro de Triagem trabalhava com um sistema de compra e venda de materiais de catadores, inclusive de não cooperados. O catador Geraldo Gonçalves explica como vivenciou este momento de formação da cooperativa:

Essa cooperativa, ela funcionava assim: comprava e vendia. [...] E daí geralmente não tinha organização, por exemplo, eu catava o meu material, levava pra casa, colocava lá em casa, separava esse material da forma que a gente entendia dessa parte, porque geralmente quem tá na rua não entende bem a parte do material. Aí quando tinha um bom tanto, vinha aqui, colocava aqui na agenda o dia pra eles vim buscar, e depois eles vinham e compravam, pagavam. [...] Mas aí eu nem fiquei

sabendo mesmo a parte certamente porque motivo que foi caindo, que foi caindo, até que totalmente, [...] que veio a fechar. Aí fechou o barracão.⁷

Geraldo fala sobre o sistema de compra e venda dos materiais recicláveis no período de formação do primeiro barracão da cooperativa de catadores de Foz do Iguaçu. Nele, os catadores não precisavam ser cooperados. Bastava dirigir-se ao barracão para efetuar a venda dos materiais coletados, sem qualquer vínculo com a cooperativa. Isto se constituía em uma forma de estabelecer concorrência com os atravessadores, procurando melhorar os preços da venda para os catadores. Esta forma de trabalhar fracassou. Porém os motivos não eram conhecidos por ele, o que evidencia que nem todos os catadores envolvidos estavam a par das ações postas em prática pela Prefeitura Municipal.

Viviane Mertig também fala sobre a maneira como funcionava este sistema:

O barracão começou comprando com valor bem mais alto do que os atravessadores pagavam, foi aonde que forçou os atravessadores a aumentar o preço, que daí eles estavam perdendo o material, eles começaram subir. Por algum tempo a gente trabalhou nesse processo, só que a gente quebrou. [...] Acabou que não deu certo. Foi onde que nós começamos daí a trabalhar na forma de cooperativa. A gente não compra mais material.⁸

Viviane reforça a informação de que a maneira de trabalhar no barracão, baseada na compra e venda dos materiais recicláveis, não obteve êxito. Para ela, isto se deve ao fato de que o barracão não possuía “capital de giro” e estrutura para se manter e pagar os materiais no momento da compra. Após o fechamento desta primeira tentativa de constituição do barracão, este Centro de Triagem passou a funcionar na forma de cooperativa, sendo que, segundo ela, neste novo período os catadores cooperados doam seus materiais para a cooperativa, para dividirem os rendimentos a cada quinzena. Atualmente estão em funcionamento na cidade os nove barracões indicados na Imagem 1, contando com aproximadamente 160 cooperados.

Seu Clementino nos ajuda a compreender como funciona a divisão e organização do trabalho no Centro de Triagem que coordena, demonstrando a forma pela qual a cooperação é vivenciada atualmente. Ele começa explicando o momento em que os materiais recicláveis chegam pelos carrinhos dos catadores após o trajeto da cata, assim:

⁷ GONÇALVES, Geraldo. Nascido em São Miguel do Iguaçu/PR, trabalhava com o pai em fazendas na região, posteriormente viveu durante 22 anos no Paraguai dedicando-se ao cultivo de grãos. No retorno ao Brasil em 2002 trabalhou em um mercado com serviços gerais por dois anos, tendo em seguida se inserido na atividade da cata. Entrevista concedida à autora em 03 junho de 2006.

⁸ MERTIG, Viviane. 39 anos, natural de Foz do Iguaçu, representante municipal da Ong Instituto Lixo e Cidadania e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Foz do Iguaçu. Entrevista realizada por Antônio de Pádua Bosi e Sônia Pelisser, no Centro de Triagem Morumbi I, no dia 19 de março de 2009.

[...] Vem, vem pelos carrinhos, vem por, por caminhão também, da, caminhão da prefeitura, é, assim, não da prefeitura, mais duma empresa que faz, que a prefeitura paga e trás esse material pros barracão, né. [...] pra todos os barracão. E também tem o, um que é, a cooperativa dos catador comprou um caminhão, por intermédio de ajuda da Itaipu, é, ela ajuda a gente de uma maneira que, que foi capaz de a gente é, financiar no banco o dinheiro pra comprar um caminhão, né. E é garantido, pode, pode comprar, faz parcelado lá.⁹

Percebemos que além dos chamados “carrinheiros” (apenas quatro neste Centro de Triagem), a coleta é realizada por dois caminhões que recolhem no centro da cidade, um da empresa privada Vital Engenharia Ambiental¹⁰ e outro da cooperativa, adquirido por intermédio da Itaipu, para o qual cada barracão paga uma quantia mensal para o salário do motorista e combustível do veículo. Esta forma de recolhimento de materiais representa boa parte da fonte da cooperativa. Neste barracão, trabalham dezesseis pessoas, dentre estas os quatro “carrinheiros”. Seu Clementino segue com a organização do trabalho na unidade da cooperativa:

[...] Aí esse pessoal, é, os carrinheiro não. Os carrinheiro, é que já fica um grupo de, de catador, de catador aqui dentro do galpão só pra separar, né. Separar as cor. É, nós mesmo que separa, né. [...] É, nós tudo. Separa, separa e prensa assim, que nem tá assim separado, né. Os carrinheiro depois que não tem, que faz o roteiro deles lá e sobra tempo, eles ajudam a gente aqui também. [...] Vai pra prensa.¹¹

Percebemos então que os materiais recicláveis com os quais trabalham partem de duas fontes geradoras através de dois meios de chegarem ao centro de triagem. Por um lado, os quatro catadores fazem seus trajetos durante a jornada diária, passando por residências e comércios de sua área de abrangência. Por outro lado, os caminhões recolhem principalmente no comércio e empresas do centro da cidade levando os materiais recolhidos até os 9 barracões. Do restante do grupo, 10 catadores dividem-se no trabalho da seleção dos materiais

⁹ NASCIMENTO, Clementino Jesus. Coordenador de barracão, 71 anos. Nasceu na Bahia, cidade de Piritiba. Trabalha há 5 anos como catador, desde 2003, como coordenador de barracão. É também aposentado pelo INSS. Ainda criança, com aproximadamente 10 anos de idade já ajudava o pai na atividade do garimpo de ouro na Bahia e à mãe a cortar lenha para vender. Mudou-se com aproximadamente 16 anos com sua família para o Paraná, na região de Cornélio Procópio, com o trabalho nas lavouras de café. Posteriormente mudaram-se para a região de Londrina, em Cambé para trabalhar com algodão, em sistema de arrendamentos de terras. Já na década de 1970 mudaram-se para Matelândia para trabalhar com o cultivo da menta. Seu Clementino relata ainda que com a boa renda que conseguiram auferir neste ciclo da menta foi possível comprar um sítio, no Paraguai, porém, continuava trabalhando em sistema de arrendamento. Seu retorno para o Brasil foi motivado, principalmente, pela situação econômica que não melhorava e a doença de sua esposa, devido as carências de cuidados médicos na região onde residiam. Seu Clementino relata ainda ter maior identificação com o trabalho do campo, em relação à toda sua trajetória ocupacional, atribuindo à isto o fato de não ter estudado, pois, possui apenas algum conhecimento que lhe permite a realização de contas. Entrevista realizada por Antônio de Pádua Bosi e Sônia Pelisser, no dia 19 de março de 2009, no Centro de Triagem Unidade Vila C.

¹⁰ Empresa privada contratada para efetuar a limpeza pública municipal e o recolhimento de lixo.

¹¹ NASCIMENTO, Clementino Jesus. Entrevista realizada em 19 de março de 2009.

por qualidade a ser prensada. Em seguida dois catadores específicos cuidam do trabalho realizado na prensagem dos materiais já separados, última etapa antes da venda dos materiais.

Em geral são homens que manejam este equipamento, no qual não há muita rotatividade de trabalhadores por se tratar de um equipamento mais perigoso no trabalho, demandando cuidados e prática. Assim,

[...] eles já têm, pegaram a prática mais primeiro, né. E trabalha sempre o homem manejando a prensa. Trabalhou uma senhora que morava ali, que ela era muito interessada à prensa, trabalhou uns tempo na prensa, a mulher. Mais é difícil, né?¹²

Então, após o material estar prensado, resta aguardar o caminhão do comprador vir até o barracão para carregar os fardos. Assim como foi relatado pelos outros catadores, seu Clementino expõe que após o final de 2008 a renda dos catadores baixou muito, sendo que estão recebendo uma média de R\$400,00 cada um, quando anteriormente atingiam de R\$500,00 a R\$700,00.

Apesar de ter pouca escolaridade, seu Clementino é quem elabora e controla as planilhas do barracão que coordena, com o auxílio de um companheiro, seu Salvador, anotando a quantidade de materiais recolhidos, vendidos, a presença dos catadores, etc. Segundo suas palavras:

[...] Nós aqui pagamos, paga o INSS, né. Só os aposentado que nem eu não paga. Mas os que não é aposentado paga. Tira, e tira uma porcentagem, que todo material que nós colhe aqui e vende, aí marca quantos quilo de papelão, quantos quilo de PET, quantos quilo de vidro, quantos quilo de ferro e leva na secretaria [de meio ambiente], lá eles passa na planilha, né. Tem uma planilha lá, assim mais ou menos, então passa o nome e o valor de que cada um que ganhou. Nós faz assim, quantos quilo de papelão, e tal, e soma tudo, e quantos dia, a gente tem os dia marcado, meu e dele e dele. Daí soma quantos dia, 500 dia por exemplo, 300, daquele total de dinheiro divide pra ver quantos toca por dia. Então que nem aqui deu 18 por dia, esse aqui num é sempre. Não! Essa daqui deu 10 e pouco por dia, 10,80 ali ó. Mais tem outros que dá 17, dá 18, às vezes dá menos.¹³

Percebemos em sua fala que nesta unidade da cooperativa de catadores, ocorre o pagamento do INSS, como foi verificado na maioria dos casos, o que em geral é visto como um elemento positivo, principalmente no caso de doenças, onde o catador dispõe da possibilidade de receber auxílios em caso de acidente de trabalho ou aposentadoria.

Quanto ao controle dos dados do barracão, notamos que tudo é anotado minuciosamente na planilha e levado à Prefeitura, sendo que um funcionário da Secretaria

¹² NASCIMENTO, Clementino Jesus. Entrevista realizada em 19 de março de 2009.

¹³ NASCIMENTO, Clementino Jesus. Entrevista realizada em 19 de março de 2009.

Municipal de Meio Ambiente auxilia no fechamento das contas do mês ou quinzena, para que se proceda ao pagamento dos catadores e do INSS, constituindo-se numa das principais assistências dadas pela Prefeitura Municipal, além do pagamento da luz e da água de todos os barracões.

A jornada de trabalho do barracão é de oito horas diárias, e no sábado até o meio dia, somando 44 horas semanais. Nos feriados não há expediente, exceto no caso de festas municipais onde realizam coleta de latas de alumínio, principalmente.

Neste caso, parecido com a realidade dos outros barracões, salvo algumas peculiaridades de cada local, as condições de trabalho mostraram-se mais amenas em relação aos catadores “particulares”, iniciando pelo armazenamento dos materiais que neste último caso, só pode ser feito na própria casa do catador quando não é vendido logo após o trajeto da cata.

Portanto, o que percebemos na organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis de Foz do Iguaçu não é uma forma de oposição ao circuito de produção e circulação capitalistas, mas uma forma de ter em sua atividade de trabalho condições um pouco menos degradantes para a execução de seu trabalho. Neste sentido, o que se pode notar é apenas uma aproximação às condições de trabalho vivenciadas em empresas tipicamente capitalistas. No entanto, é o Estado que age buscando formalizar uma atividade informal, através da cooperativa, isto marcado por um contexto no qual a tendência é justamente de ampliação do chamado setor informal.

Quanto aos catadores não cooperados, percebemos através da análise de entrevistas que a catação para quem não é vinculado à cooperativa tem a “vantagem” de permitir ao catador certa autonomia para definir os horários e a forma de organização de seu trabalho. Neste caso a divisão do trabalho é muito simples, passando pelo momento da cata em conjunto, à entrega diária dos materiais aos atravessadores da região onde moram, vendendo ao mais próximo de sua residência, diminuindo o poder de negociação a quem comprasse por um preço melhor ou em quantidade maior.

Os meios do trabalho também são mais simples e em piores condições se comparados ao trabalho organizado na cooperativa, implicando ainda em um preço mais baixo dos materiais vendidos para atravessadores sem estar selecionado.

No entanto, independente das formas pelas quais se organizam os catadores cooperados e não cooperados, as duas formas de trabalho compõem o circuito industrial de reciclagem, não conseguindo escapar às suas determinações, o que alguns estudos caracterizam como autonomia da profissão (CESCONETO, 2002).

4. Os catadores e o Estado

A cidade que procura disseminar uma imagem de beleza natural, da “Terra das Cataratas” e de progresso, com a maior usina hidroelétrica do mundo, a Itaipu, recebe enorme quantidade de turistas durante o ano todo. A movimentação cotidiana de catadores em seus trajetos passou a representar preocupação à Prefeitura Municipal devido ao intenso tráfego destes trabalhadores pelas ruas da cidade, principalmente nas áreas centrais, inclusive nos trechos mais utilizados no circuito turístico do município.

Aliado a este elemento de nível municipal, percebemos uma inquietude por parte do governo federal, que criou em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), principalmente para fomentar organizações coletivas e programas de geração de renda para os trabalhadores mais empobrecidos do país. De acordo com Singer: “A resposta mais freqüente à crise do trabalho, por parte das pessoas atingidas, tem sido a formação de cooperativas de trabalho, para, mediante ajuda mútua, gerar trabalho e renda para cada membro”. (SINGER, 2004)

Porém, é necessário refletir acerca destas questões de forma a articulá-las a programas mais amplos, que, no entanto, necessitam de colaboração de várias instâncias do Estado para abranger uma parcela considerável destes trabalhadores. Desta forma, o Programa Coleta Solidária faz parte de um conjunto de políticas públicas formuladas para atender uma demanda previamente pesquisada em todo o país.

Em 2003 iniciou-se uma pesquisa sobre as demandas da chamada Economia Solidária no Brasil. Esta foi realizada em parceria estabelecida entre o Ministério do Trabalho e Emprego através da SENAES, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), UnB (Universidade de Brasília), UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos), UFBA (Universidade Federal da Bahia) e Rede de Gestores de oito estados brasileiros. Desta forma, buscava-se conhecer as singularidades dos segmentos integrantes da Economia Solidária com o propósito de instituir políticas públicas ao nível deste ministério.

De acordo com este relatório (ARAÚJO *et al.*, 2005), concluiu-se em um primeiro momento, dada a conjuntura em que se realizava a pesquisa, que havia no país um baixo nível de estruturação das políticas de *Economia Solidária*, devido a não atingir uma relação orgânica entre leis, programas e ações desenvolvidas concretamente, ou seja, os programas existentes não davam conta de serem efetivados e atingir os resultados objetivados.

Ressaltava-se ainda a importância da articulação de esforços “intra governamentais”, como no caso do apoio da Prefeitura Municipal e da Itaipu, como “instituição federativa” e, a participação do que compreendem como “sociedade civil”, ou seja, parcerias para além da estrutura do governo, então, “extra governamentais”. Assim, percebemos a criação desta Secretaria Nacional de Economia Solidária como uma forma de instigar o desenvolvimento de ações de organização coletiva de trabalhadores, sendo que:

A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES surgiu como expressão, no campo da política de Estado, de um amplo movimento social assentado nas diversas formas de existência da Economia Solidária, que significa uma nova expressão do movimento cooperativista frente a nova etapa do capitalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho, sob hegemonia da globalização financeira. (NASCIMENTO, 2004, p. 01).

Segundo os documentos analisados, existe uma estreita relação entre os elementos ditos “intra governamentais”, colocando como aliados, principalmente, a SENAES, através das ações desenvolvidas pela Itaipu e pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Nesta direção, iniciou-se em 2003 o chamado “Programa Coleta Solidária”, no qual o Estado, nestas diferentes instâncias do aparelho governamental (governo federal e municipal), mobilizou servidores públicos municipais e representantes da Itaipu para estarem agindo diretamente junto aos catadores de materiais recicláveis de Foz do Iguaçu para a implantação de um projeto de organização coletiva destes trabalhadores. Segundo texto disponibilizado pela Itaipu:

Através da destinação adequada de resíduos sólidos, melhorar as condições de trabalho, renda e cidadania, catadores de materiais recicláveis e de suas famílias, resgatando sua auto-estima, na área de influência da Itaipu, em consonância com as respectivas políticas públicas do setor.¹⁴

É possível notar neste trecho, que estas ações estão em conformidade com a própria criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária que elabora as políticas públicas a serem desenvolvidas no país. Desta forma, a Itaipu reconhece ainda os choques sócio-ambientais causados devido à sua construção e a necessidade de agir localmente como forma de minimizar tais impactos na região da chamada “Bacia do Paraná III”.

Por conseguinte, cabe problematizar a maneira pela qual são formuladas legislações voltadas especificamente a estes trabalhadores, buscando elucidar de que maneira o Estado vem agindo de uma forma que deixa evidente que se tornaram pauta nas discussões por sua

¹⁴ Programa Coleta Solidária. Arquivo recebido pela autora por e-mail de Luiz Carlos Matinc (Gestor do Projeto Coleta Solidária – Itaipu Binacional) em 30 de março de 2009.

expressiva presença no país e pelos embates que isto representa. Nesse sentido faz-se necessária a construção de instrumentos legais para disciplinar e organizar, assim como buscar identificar elementos de luta partidos da organização dos próprios catadores.

Em Foz do Iguaçu, de acordo com relatos dos trabalhadores, o surgimento da cata de materiais recicláveis data do início da década de 1990. Em âmbito nacional, os catadores de materiais recicláveis organizaram-se no “Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)” em 1999. A partir de 2001, passou a pautar, dentre outras reivindicações, a luta pelo reconhecimento da atividade como uma profissão.¹⁵

A partir de 2002, com a nova publicação da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a profissão de *catador de material reciclável* (registro nº 5192-05) passou então, a ser reconhecida pela CBO, através do Ministério do Trabalho e Emprego, sob a seguinte descrição: “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.” (BRASIL, 2002, p.01).

Existe uma gama de legislações e textos produzidos pelo Estado em relação aos catadores de materiais recicláveis. Isto demonstra a existência dos conflitos presentes na sociedade em relação a estes trabalhadores e a população, e a maneira pela qual há necessidade do Estado intervir. Quando há uma legislação redigida visando normatizar, organizar ou disciplinar determinada classe ou fração de classe, isto significa que estão evidenciados os embates devido aos conflitos de classe vivenciados por estes sujeitos históricos na sociedade.

O decreto federal nº 5.940 de 25 de outubro de 2006 determina e

[...] institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. (BRASIL, 2006, p. 01).

Percebemos que com a profissão reconhecida pelo governo federal há a eminente necessidade por parte do governo federal em pautar ações que de alguma forma reconheçam a visibilidade e importância social destes trabalhadores. No entanto, na prática estas ações demonstram uma forma de organizar e disciplinar estes trabalhadores que atuam diretamente fornecendo o produto do seu trabalho para empresas privadas que não respondem com nenhum encargo trabalhista. Desta forma, o que há é uma ação do governo que torna legal

¹⁵ Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br>> Acesso em 19 de maio de 2009.

esta ligação, principalmente das cooperativas de catadores com as empresas para quem vendem seus materiais, as quais justificam a ligação com os selos de responsabilidade sócio-ambiental ao “beneficiar” trabalhadores envolvidos com a cata¹⁶, ou seja, a principal matéria prima utilizada pelas indústrias recicladoras.

Em consonância com legislações federais, o então governador do Paraná, Jaime Lerner, assinou em 22 de janeiro de 1999 a lei nº 12.493, que

[...] estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências. (PARANÁ, 1999, p. 01)

No texto desta lei não há referência ao caso dos catadores, sendo ressaltado o problema ambiental da destinação do lixo e dos materiais recicláveis, sem menções ao aspecto social e relativo ao trabalho permeado por esta questão.

Em âmbito municipal foi promulgada em 22 de dezembro de 2000 a lei nº 2.356, que rege sobre a separação e coleta seletiva dos resíduos sólidos no município de Foz do Iguaçu, na qual destacamos os principais pontos referentes ao objeto deste estudo:

[...] V - preservar o ambiente natural e urbano, mantendo ou melhorando a imagem da cidade para os cidadãos residentes e milhares de visitantes que movimentam a economia da região baseada principalmente no ecoturismo.

[...] VII - incentivar formas de organização social que possam cooperar diretamente ou indiretamente na separação, coleta e reciclagem dos resíduos gerados no Município;

VIII - criar alternativas de emprego e renda para a população, de modo a garantir vida digna a partir de atividades relacionadas com coleta de materiais recicláveis ou reaproveitáveis de qualquer forma, que possam ser comercializados;

IX - disciplinar a atividade de catadores autônomos ou de empresas destinadas à manipulação de resíduos sólidos domésticos em Foz do Iguaçu, de maneira a garantir segurança e proteger a saúde e integridade física;

[...] Art. 2º Todos os materiais recicláveis deverão ser separados nos domicílios dos habitantes da cidade, devidamente acondicionado, de tal forma que possam ser coletados separadamente com facilidade, por empresa contratada pelo Poder Público e/ou por catadores autônomos, cooperativas de catadores, associações de moradores, ONG's (Organização Não Governamentais) ou qualquer outro tipo de iniciativa espontânea da comunidade.

[...] Art. 4º O Poder Público Municipal poderá implantar programa de coleta seletiva em condomínios, hotéis, restaurantes, supermercados e outros setores específicos que justifiquem tratamento diferenciado, além dos prédios públicos destinados ao serviço público federal, estadual e municipal. (FOZ DO IGUAÇU, 2000, p. 03)

¹⁶ “Do montante dos papéis reciclados pela empresa, 72 mil toneladas são provenientes das suas 9 fábricas convertedoras de embalagens. São refiles (aparas) gerados no processo de produção que retornam para reciclagem. Entretanto, o maior volume de fornecimento vem do mercado, por meio dos aparistas (empresas que comercializam aparas). Esse processo representa importante contribuição social, dando trabalho a milhares de catadores em todo o país”. Disponível em: <<http://www.klabin.com.br>> Acesso em: 20 de setembro de 2009.

Percebemos de antemão que os esforços em disciplinar o trabalho dos catadores e destinar os resíduos sólidos recicláveis para estes trabalhadores partem inicialmente de uma preocupação dita “ambiental” que se faz em relação ao meio ambiente na região (principalmente quanto à imagem, já que, conforme o documento, a economia da região está centrada no ecoturismo). Já nos pontos VII, VIII e IX da lei acima citada, este documento aponta para uma inquietude em relação às “formas de organização social”, no qual é possível remeter à presença do trabalho dos catadores na cidade, porém, sem avançar para alternativas de organização ou ações efetivas a serem desenvolvidas naquele momento.

Podemos notar, ainda que preliminarmente e a partir de elementos observados a partir da análise das trajetórias ocupacionais dos entrevistados, a forma pela qual o trabalho dos catadores de materiais recicláveis apresenta melhorias quando organizado em cooperativa, tanto no que se refere às condições de trabalho se tornarem menos difíceis em relação aos que trabalham sem nenhum vínculo, como no que se refere à própria organização e o espaço coletivo que propicia a luta destes trabalhadores. Ainda a partir das trajetórias foi possível observar que os catadores aqui investigados compõem a população de trabalhadores estudada por Francisco de Oliveira (1987), os quais mesmo transitando por diversas ocupações sempre se mantêm ocupados, mesmo que muitas vezes desempregados, trabalhando em atividades informais e/ou precárias, adequando-se a cada nova situação surgida em função do trabalho, como por exemplo, nos processos de mudança do meio rural para a cidade.

5. Considerações finais

Procurei com a pesquisa que resultou neste trabalho discutir as mudanças no mundo dos trabalhadores envolvidos com a cata de materiais recicláveis, que têm sido tomados como escopo de políticas públicas focadas à geração de renda e formalização do trabalho dito informal, como ocorre no caso da cooperativa de catadores aqui investigada.

A partir da observação e análise da organização do trabalho da cata e da estruturação da cooperativa de catadores de Foz do Iguaçu, foi possível perceber que a intensidade e a duração da jornada de trabalho desempenhada para auferir a renda necessária ao sustento da família dos catadores são determinadas em última instância pelas indústrias recicladoras que estabelecem os preços dos materiais recicláveis, dado seu caráter oligopsônico.

Uma grande questão da pesquisa instigou a compreensão acerca dos embates e conflitos travados pelos catadores cotidianamente. Este foi um desafio em perceber de que modo se constituem como sujeitos neste processo e interagem com as iniciativas estatais.

Por fim, podemos perceber que os catadores que trabalham sem vínculos com a cooperativa dispõem de certa autonomia na definição de horários e organização de seu trabalho. Porém, trabalham com meios mais precários de execução de suas atividades, não dispendo de espaço específico para seleção e armazenamento e ainda, alia-se o trabalho familiar neste caso, atingindo a maioria dos membros do núcleo familiar, em suas próprias residências.

Quanto ao trabalho dos catadores integrantes do “Programa Coleta Solidária”, é evidente que tem algumas melhorias nas condições de trabalho e de vida, uma vez que a renda que auferem com a cata é individual, a jornada é definida e longe do ambiente de suas residências. Assim, o que ocorre é uma aproximação aos parâmetros do trabalho dito formal, o que não significa dizer que abrange todos os direitos trabalhistas conquistados historicamente pela classe trabalhadora no Brasil, para os catadores, uma luta ainda a ser construída.

Portanto, nas diferentes formas de organização do trabalho (espontâneas ou instigadas pelo Estado) verificadas na cidade de Foz do Iguaçu, é possível dizer que nenhum catador consegue romper com o circuito capitalista de produção, mesmo os cooperados.

FONTES

Fontes Primárias:

ARAÚJO, Herton *et al.* **Avaliação das políticas públicas de economia solidária (relatório final do convênio MTE/IPEA/ANPEC – 01/2003)** Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_avaliacao_politicas_publicas.pdf> Acesso em 28 de novembro de 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. 2002. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/cbosite>> Acesso em 19 de maio de 2009.

_____. **Decreto Federal nº 5.940 de 25 de outubro de 2006**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 05 de abril de 2009.

FOZ DO IGUAÇU. Disponível em: <<http://www.fozdoiguaçu.pr.gov.br>> Acesso em 18/09/2008.

_____. **Lei nº 2.356 de 22 de dezembro de 2000**. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>> Acesso em 06 de abril de 2009.

ITAIPU. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br>> Acesso em 30 de janeiro de 2009.

MNCR. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br>> Acesso em 19 de maio de 2009.

NASCIMENTO, Cláudio. **A Autogestão e o “Novo Cooperativismo”. Texto para Discussão**. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 28/11/2008.

PARANÁ. **Lei nº 12.493** de 22 de janeiro de 1999. Disponível em: <<http://celepar7cta.pr.gov.br>> Acesso em 20 de maio de 2009.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Governo Federal**. IPEA. nº 24. Mercado de Trabalho. Brasília, agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>> Acesso em 28/11/2008.

Fontes Secundárias:

CESCONETO, Eugênia Aparecida. **Catadores de lixo: uma experiência da modernidade no oeste paranaense (Toledo, 1980/1999)**. Niterói/RJ, 2002. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense.

_____. Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. In: **O Capital – livro I, volume 2 (capítulo XXIII)**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, Francisco. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PELISSER, Sônia. **Cooperativismo e Precarização do Trabalho: análise sobre a cata de recicláveis na cidade de Foz do Iguaçu/PR (1990-2006)**. Marechal Cândido Rondon, 2006. 62 p. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE.

Fontes Orais:

GONÇALVES, Geraldo. Entrevista concedida em 03 junho de 2006, realizada nas dependências do Centro de Triagem Morumbi I.

MERTIG, Viviane. Entrevista concedida por bem 19 de março de 2009. Catadora representante do Instituto Lixo e Cidadania e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Foz do Iguaçu. Realizada por Sônia Pelisser e Antônio de Pádua Bosi, nas dependências do Centro de Triagem Morumbi I, Foz do Iguaçu-PR.

NASCIMENTO, Clementino Jesus do. Entrevista concedida em 19 de março de 2009. Catador coordenador do Centro de Triagem Vila C. Realizada por Sônia Pelisser e Antônio de Pádua Bosi, nas dependências do barracão, no bairro Vila C, Foz do Iguaçu-PR.